TERMO DE CONTRATO N.º 056.36/2026
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo n° 036/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **056.36/2026** QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO SÍTIO-PI, E DO OUTRO LADO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA **LOJAS CONSTRUFE LTDA** CNPJ N.º 04.253.064/0001-55.

A Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio, estado do Piauí, sediada na avenida Mundim Ferreira s/n, bairro Piçarra CEP: 64.308-000 Lagoa do Sítio-PI, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.588/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. José Sávio de Moura e Silva, inscrito no CPF sob n° 058.506.113-04, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa **LOJAS CONSTRUFE LTDA** com sede na cidade de Valença do Piauí, Estado do Piauí, estabelecida na avenida Joaquim Manoel n.º 236, Centro Valença do Piauí-PI, CEP: 64.300-000, inscrita no CNPJ sob nº 04.253.064/0001-55, neste ato representada pela Sra. Suely Maria Nogueira de Sousa, inscrita no CPF sob n.º 988.560.733-15, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo administrativo nº **036/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n° **010/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de pessoa jurídica para aquisição futura e parcelada de MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO, objetivando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Lagoa do Sítio-PI e Secretarias Municipais, durante o exercício financeiro 2026, conforme Anexo I Termo de Referência, parte integrante do Edital, conforme detalhamento abaixo:

GRUPO – 1 TUBOS E MATERIAL HIDRÁULICO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	ADAPTADOR PVC 20 X 1/2	UND	KRONA	100	R$ 0,76	R$ 76,00
2	ADAPTADOR PVC 25 X 3/4	UND	KRONA	100	R$ 0,81	R$ 81,00
3	ADESIVO PARA TUBO PVC, 175G	UND	KRONA	100	R$ 11,79	R$ 1.179,00
4	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 25X20	UND	KRONA	100	R$ 0,94	R$ 94,00
5	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL, 32X20	UND	KRONA	100	R$ 1,40	R$ 140,00
6	BÓIA ELÉTRICA, PARA CAIXA D ÁGUA	UND	KRONA	100	R$ 55,79	R$ 5.579,00
7	NIPLE PVC ½ "	UND	KRONA	60	R$ 0,76	R$ 45,60
8	CAP PVC SOLDÁVEL 20 MM	UND	KRONA	100	R$ 1,35	R$ 135,00
9	CAP PVC SOLDÁVEL 25 MM	UND	KRONA	100	R$ 1,62	R$ 162,00
10	CAP PVC SOLDÁVEL 32MM	UND	KRONA	100	R$ 2,38	R$ 238,00
11	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL 20MM	UND	KRONA	100	R$ 6,75	R$ 675,00
12	ENGATE PVC 1/2 40CM	UND	KRONA	100	R$ 6,85	R$ 685,00

13	ENGATE PVC 1/2 50CM	UND	KRONA	100	R$ 11,55	R$ 1.155,00
14	FITA VEDA ROSCA 25 METROS	UND	KRONA	200	R$ 7,73	R$ 1.546,00
15	FLANGE SOLDÁVEL 25MM	UND	KRONA	150	R$ 10,47	R$ 1.570,50
16	FLANGE SOLDÁVEL 50MM	UND	KRONA	150	R$ 21,60	R$ 3.240,00
17	JOELHO 20 MM X 1/2	UND	KRONA	150	R$ 3,13	R$ 469,50
18	JOELHO 25 X 1/2 SOLDAVEL C/ ROSCA	UND	KRONA	150	R$ 1,53	R$ 229,50
19	JOELHO 25 X 3/4	UND	KRONA	150	R$ 3,74	R$ 561,00
20	JOELHO ESGOTO 100MM	UND	KRONA	150	R$ 7,20	R$ 1.080,00
21	JOELHO ESGOTO 40 MM	UND	KRONA	150	R$ 3,01	R$ 451,50
22	JOELHO ESGOTO 50MM	UND	KRONA	150	R$ 5,85	R$ 877,50
23	JOELHO LR PVC 20X1\2 90 GRAUS	UND	KRONA	150	R$ 1,39	R$ 208,50
24	JOELHO LR PVC 25X3\4 90 GRAUS	UND	KRONA	150	R$ 2,35	R$ 352,50
25	JOELHO PVC 25 LR	UND	KRONA	150	R$ 2,70	R$ 405,00
26	JOELHO PVC SOLD 25 MM	UND	KRONA	150	R$ 2,70	R$ 405,00
27	JOELHO PVC SOLD LR 20MM	UND	KRONA	150	R$ 1,93	R$ 289,50
28	JOELHO PVC SOLDAVEL 50 MM	UND	KRONA	150	R$ 4,28	R$ 642,00
29	NIPLE PVC ¾ "	UND	KRONA	60	R$ 1,44	R$ 86,40
30	LUVA 50MM ESGOTO	UND	KRONA	150	R$ 4,50	R$ 675,00
31	LUVA DE ESGOTO 100	UND	KRONA	150	R$ 10,79	R$ 1.618,50
32	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 25MM X 20MM ÁGUA FRIA	UND	KRONA	150	R$ 1,21	R$ 181,50
33	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 32MM X 25MM	UND	KRONA	150	R$ 2,69	R$ 403,50
34	LUVA PVC SOLD 20 MM	UND	KRONA	150	R$ 0,85	R$ 127,50
35	LUVA PVC SOLD LR 20 MM C/ROSCA	UND	KRONA	150	R$ 1,87	R$ 280,50
36	LUVA PVC SOLDÁVEL 50 MM	UND	KRONA	150	R$ 4,42	R$ 663,00
37	LUVA SIMPLES ESGOTO 40MM	UND	KRONA	150	R$ 2,73	R$ 409,50
38	MANGUEIRA CRISTAL 1/2	METRO	KRONA	600	R$ 2,53	R$ 1.518,00
39	BORRACHA SPUD P/ VASO SANITÁRIO	UND	KRONA	100	R$ 4,23	R$ 423,00
40	REGISTRO DE ESFERA DE PVC SOLDAVEL 25 MM	UND	KRONA	60	R$ 7,97	R$ 478,20
41	REGISTRO ESFERA PVC 32 MM	UND	KRONA	60	R$ 17,82	R$ 1.069,20
42	REGISTRO ESFERA PVC 50 MM	UND	KRONA	60	R$ 40,50	R$ 2.430,00
43	SIFAO SIMPLES SANFONADO 73CM	UND	KRONA	50	R$ 12,90	R$ 645,00
44	TEE PVC 20 MM	UND	KRONA	150	R$ 1,80	R$ 270,00
45	TEE PVC ESGOTO 100X50MM	UND	KRONA	150	R$ 17,22	R$ 2.583,00
46	TEE PVC HIDRÁULICO DE 32MM	UND	KRONA	150	R$ 4,45	R$ 667,50
47	TEE PVC LR 25X3 /4"	UND	KRONA	150	R$ 2,51	R$ 376,50
48	TEE PVC SOLDÁVEL 25 MM	UND	KRONA	150	R$ 2,25	R$ 337,50
49	TEE PVC SOLDÁVEL 50MM	UND	KRONA	150	R$ 12,18	R$ 1.827,00

50	TORNEIRA DE METAL 1/2 OU 3/4 PARA BANHEIRO/LAVATORIO	UND	KRONA	30	R$ 71,09	R$ 2.132,70
51	TORNEIRA DE METAL P/PIA DE CONZINHA 1/2	UND	KRONA	30	R$ 48,45	R$ 1.453,50
52	TORNEIRA DE PVC, PRETA, PARA JARDIM, 1/2	UND	KRONA	50	R$ 4,05	R$ 202,50
53	TORNEIRA PVC, 1/2 OU 3/4, 15CM, PARA COZINHA, COR BRANCA	UND	KRONA	50	R$ 9,00	R$ 450,00
54	TUBO 100MM ESGOTO, BARRA C/6M	BARRA	KRONA	150	R$ 90,89	R$ 13.633,50
55	TUBO 150 MM ESGOTO, BARRA C/6M ESGOTO, BARRA C/6M	BARRA	KRONA	100	R$ 137,71	R$ 13.771,00
56	TUBO 50MM ESGOTO, BARRA C/6M	BARRA	KRONA	150	R$ 45,00	R$ 6.750,00
57	TUBO DE ESGOTO 40 MM	BARRA	KRONA	150	R$ 36,00	R$ 5.400,00
58	TUBO PVC SOLDAVEL 20 MM, BARRA C/6M	BARRA	KRONA	200	R$ 21,60	R$ 4.320,00
59	TUBO PVC SOLDÁVEL - CANO DE AGUA 25MM, BARRA C/6M	BARRA	KRONA	200	R$ 28,05	R$ 5.610,00
60	TUBO - MATERIAL: PVC SOLDÁVEL 32MM, BARRA C/6M	BARRA	KRONA	200	R$ 36,00	R$ 7.200,00
61	TUBO PVC SOLDAVEL DE 50 MM, BARRA C/6M	BARRA	KRONA	200	R$ 63,04	R$ 12.608,00
						R$ 113.174,10

GRUPO – 3 EPIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	BOTA DE BORRACHA, CANO LONGO, NA COR BRANCA OU PRETA, N° 38 A 42, FABRICADA EM PVC COM BORRACHA NITRÍLICA, FORRO EM POLIÉSTER, SEM BIQUEIRA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA, CONFORTÁVEL, RESISTENTE	PAR	VULCABRAS	50	R$ 59,26	R$ 2.963,00
2	BOTINA DE SEGURANÇA (SAPATÃO), Nº DO 38 A 42 DE ACORDO COM A NECESSIDADE, NA COR PRETA, BIDENSIDADE, SEM BICO DE FERRO, COM SOLADO PU, CONFECÇÃO EM COURO , COM FECHAMENTO EM ELÁSTICO NAS LATERAIS, FORRO EM NYLON/POLIESTER.	PAR	VULCABRAS	100	R$ 80,91	R$ 8.091,00
3	CAPACETE DE SEGRUANÇA (VÁRIAS CORES) COM CARNEIRA	UND	ORCA	30	R$ 31,90	R$ 957,00

4	KIT CINTA CATRACA 50MMX 9MX 3000 KG	UND	ORCA	30	R$ 70,71	R$ 2.121,30
5	PAR DE LUVA SEGURANÇA MATERIAL: LATEX NATURAL, APLICAÇÃO: PRODUTOS QUIMICOS, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ANTIDERRAPANTE, ANTIALÉRGICO, FLOCADA INTERNAMENTE.	UND	UNIFORTE	250	R$ 9,29	R$ 2.322,50
6	PAR LUVA EM COURO, REFORÇO EM RASPA NA PALMA, TIRAR DE REFORÇO EXTERNO EM RASPA ENTRE OS DEDOS POLEGAR E INDICADOR	UND	UNIFORTE	300	R$ 19,72	R$ 5.916,00
7	ÓCULOS DE SEGURANÇA ÓCULOS DE SEGURANÇA - LENTES EM POLICARBONATO, ANTIRISCOS, ANTI-EMBAÇANTE, PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS DE PARTICULAS VOANTES, AMBAS AS LATERAIS DE PROTEÇÃO	UND	UNIFORTE	120	R$ 13,74	R$ 1.648,80
						R$ 24.019,60

GRUPO – 4 IPERMEBIALIZANTES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	Fita adesiva impermeável para vedação em telhados, calhas, claraboias nas larguras de 15 cm, rolo com 10 metros, VEDACIT, VIAPOL ou equivalente.	UND	VEDACIT	50	R$ 30,30	R$ 1.515,00
2	IMPERMEABILIZANTE PARA CONCRETOS E ARGAMASSA, PROPORCIONANDO UMA IMPERMEABILIZAÇÃO DEFINITIVA EM UMIDADE OU ÁGUA SOB PRESSÃO. GALÃO 18 LITROS	GALÃO	VEDACIT	50	R$ 145,52	R$ 7.276,00
3	IMPERMEABILIZANTE PARA CONCRETOS E ARGAMASSA, PROPORCIONANDO UMA IMPERMEABILIZAÇÃO DEFINITIVA EM UMIDADE OU ÁGUA SOB PRESSÃO. GALÃO 3,6 LITROS	UND	VEDACIT	150	R$ 51,26	R$ 7.689,00

4	TINTA ASFÁLTICA, A BASE D'ÁGUA, APLICAÇÃO EM SUPERFÍCIES ÚMIDAS E SECAS, ALTO RENDIMENTO, GRANDE ADERÊNCIA E ALTA RESISTÊNCIA QUÍMICA QUE FORMA UMA PELÍCULA IMPERMEÁVEL, COR PRETA, BALDE 18KG.	GALÃO	VEDACIT	50	R$ 414,71	R$ 20.735,50
						R$ 37.215,50

GRUPO – 8 FERROS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	FERRO VERGALHAO 1/2	KG	GERDAU	100	R$ 116,52	R$ 11.652,00
2	FERRO VERGALHAO 1/4	KG	GERDAU	100	R$ 31,13	R$ 3.113,00
3	FERRO VERGALHAO 3/8	KG	GERDAU	150	R$ 63,64	R$ 9.546,00
4	FERRO VERGALHAO 5/16MM	KG	GERDAU	200	R$ 47,75	R$ 9.550,00
5	FERRO VERGALHÃO 4.2	KG	GERDAU	60	R$ 21,11	R$ 1.266,60
6	FERRO VERGALHÃO 5.0 MM	KG	GERDAU	60	R$ 23,18	R$ 1.390,80
7	FERRO VERGALHÃO 5/8	KG	GERDAU	60	R$ 161,65	R$ 9.699,00
						R$ 46.217,40

O valor total da contratação é de R$ 220.626,60 (duzentos e vinte mil, siscentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência; o Edital da Licitação; a Proposta da contratada; e os Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é 12(doze) meses, a contar da data da assinatura do presente contrato, pordendo ser prorrogado, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

O valor total da contratação é de R$ 220.626,60 (duzentos e vinte mil, siscentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).

5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento a contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações da Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
8.6. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
8.7. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
8.9. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta dias) úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 60 (sessenta dias) úteis.
8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
9.3. Comunicar a contratante, no prazo máximo de 01(uma) hora que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.7. Quando Para fins de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos: a) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada; b) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas); c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, ou outra equivalente, na forma da lei;
9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
9.10. Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i. **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv. **Multa:** A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:
a) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
b) de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e
c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
iv.1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:
a) Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
b) Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
c) Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.
iv.2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:
a) Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;
b) Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.
iv.3. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

iv.4. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.
iv.5. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
11.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
12.2.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
12.2.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
12.2.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.4.3. Indenizações e multas.
12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município/2026, constante na Lei Municipal n.º 395/2025, que estima as receitas e fixa as despesas orçamentárias para o exercício financeiro de 2026, conforme segue: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL Fonte de Recurso n.º 500, Projeto Atividade: 04.122.0005.2040.0000, Elemento de Despesa: 339030 – Material de Consumo; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Fonte: 569, Projeto Atividade: 12.361.0030.2682.0000, Elemento de Despesa: 339030 – Material de Consumo, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Fonte: 600, Projeto Atividade: 10.301.0020.2160.0000, Elemento de Despesa: 339030 – Material de Consumo

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.
15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá a contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Valença do Piauí-PI, da justiça comum para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa do Sítio-PI, 06 de julho de 2026

José Savio de Moura e Silva
Prefeito Municipal de Lagoa do Sítio-PI

Suely Maria Nogueira de Sousa
Lojas Construfe LTDA
N.º 04.253.064/0001-65

TESTEMUNHAS (dispensadas em caso de assinatura eletrônica):

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: